



O Pibid no atendimento educacional especializado para o aluno com deficiência intelectual

Larissa Guadagnini, Mestranda do curso de Pós Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (PPGEEs-UFSCar), Professora de Educação Especial - Deficiência Intelectual pelo Governo do Estado de São Paulo e integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD), larissaguadagnini@hotmail.com

Márcia Duarte, Especialista em Educação Especial pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre e Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, Campus de Araraquara), Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São Carlos e do Programa de Pós Graduação em Educação Especial da mesma universidade, Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre a Escolarização da Pessoa com Deficiência (GEPEPD-UFSCar), marciaduar@yahoo.com.br

Melina Thais da Silva Mendes, Mestrado em Educação Especial, Programa de Pós-Graduação em Educação Especial, Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Professora da Educação Especial da Prefeitura Municipal de São Carlos, mel_tasi@yahoo.com.br

Resumo. As políticas públicas que versam sobre a inclusão escolar, tem garantido o acesso dos alunos com deficiência na escola comum, contudo para que a permanência e apropriação de conhecimento seja garantida, muitas ações estão sendo empreendidas, dentre elas a oferta do atendimento educacional especializado (AEE) nas salas de recursos multifuncionais (SRMs). Os professores da educação especial que oferecem o AEE devem identificar, elaborar, produzir, organizar serviços e recursos pedagógicos, a fim de assegurar a estes alunos condições de acesso ao currículo, ou seja, criar mecanismos para sua aprendizagem, considerando as necessidades individuais. Assim, objetivou-se relatar e discutir as atividades realizadas por uma bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) – Educação Especial em parceria com a professora regente do AEE, durante o segundo semestre de 2014, em uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal da cidade de São Carlos-SP. Trata-se de um relato de experiência em que serão abordadas as características do aluno com deficiência intelectual e as intervenções realizadas pela bolsista em parceria com a professora da educação especial. Como resultado considera-se que políticas de iniciação à docência, voltadas para inclusão escolar, podem ser o diferencial no ensino dos conteúdos acadêmicos para os alunos com deficiência intelectual. O AEE deve não somente ir ao encontro as individualidades desses alunos, mas propor de forma prazerosa o acesso aos conteúdos escolares, de modo a despertar seu interesse nas atividades escolares.

Palavras-chave: Educação Especial, PIBID, Atendimento Educacional Especializado.

The Pibid educational service in specialized for students with disabilities intellectual

Abstract. Public policies that deal with the school inclusion has guaranteed access of students with disabilities in regular schools, but for permanence and knowledge of ownership is guaranteed, many actions are being undertaken, among them the specialized educational services (AEE) in multi-functional features (SRMs). Teachers of special education that provide the AEE should identify, develop, produce, organize services and educational resources in order to ensure these students able to access the curriculum, if create mechanisms for learning, considering individual needs. Thus, it aimed to report and discuss the activities carried out by a fellow of the Institutional Program for Teaching (PIBID) - Special Education in partnership

with the regent professor of AEE, during the second half of 2014, in a elementary school school municipal the city of São Carlos, Brazil. This is an experience report that will address the characteristics of students with intellectual disabilities and interventions by the stock market in partnership with the teacher of special education. As a result it is considered that initiation of policies to teaching, focused on school inclusion, can be the difference in teaching academic content for students with intellectual disabilities. The AEE should not only to meet the individualities of these students, but offer a pleasant way access to school content, in order to arouse their interest in school activities.

Keywords: Special Education, PIBID, Educational Service Specialist

Introdução

A modalidade de ensino, conhecida atualmente como Educação Especial, sofreu no Brasil uma série de transformações, uma vez que durante muitos anos era vista como uma forma de segregação social e educacional, onde se separava os normais dos ditos até então “anormais”, concepção esta que em função de estudos na área lentamente foi se modificando ao longo do tempo e mais tarde deu vazão a proposta da inclusão escolar (FERNANDES; SCHLESENER; MOSQUERA, 2011).

A inclusão escolar, teve início na década de noventa, com a promulgação Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 que prevê atendimento educacional especializado e gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1996; JANNUZZI, 2004).

Nesse contexto, no ano de 2008, foi promulgada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), que dentre outros aspectos versa sobre a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, de modo a garantir-lhes acesso e permanência na rede regular de ensino.

Segundo Brasil (2008), o AEE se caracteriza como um serviço prestado pela área da Educação Especial, que tem como foco a elaboração de atividades e a disponibilização de recursos de acessibilidade, a fim de complementar ou suplementar à formação dos alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, sendo oferecido prioritariamente na sala de recursos multifuncionais, no turno inverso ao da escolarização.

Todas essas medidas, tem proporcionado o aumento de matrícula dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, pois de acordo com os dados do Censo Escolar de 2013, disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (BRASIL, 2014), foram registrados 49,8 milhões de alunos matriculados na

educação básica, dos quais, 843.342 eram alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino..

Segundo o INEP, no ano de 2007 foram registradas cerca 654.606 matrículas de alunos com deficiência na rede regular de ensino, o que em relação aos dados de 2013, representa um crescimento de 16,1% de matrículas (BRASIL, 2014).

Assim, pode-se afirmar que as leis e metas criadas com o intuito de tornar a inclusão escolar uma realidade vem surtindo efeito em relação ao número de matrículas, o que não significa que os sistemas educacionais tem se organizado para atender a singularidade das pessoas com deficiência, visto que, a problematização da educação especial no Brasil, não se refere somente a necessidade da oferta do AEE e à falta de práticas pedagógicas e recursos que visem o pleno desenvolvimento dos aluno, mas também a falta de profissionais qualificados para lidarem com os diferentes públicos que a escola regular atinge (MENDES, 2006).

Pensando nisso, no ano de 2009 foi criado o Programa de Iniciação à Docência, que tem como foco a inserção do licenciando no ambiente profissional ainda na fase de formação inicial, pois possui a característica de aproximar teoria e prática, bem como a formação inicial das licenciaturas com a formação continuada de professores da educação básica, em parceria com os pesquisadores/formadores das universidades (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, o PIBID da área da Educação Especial, a fim de qualificar os profissionais que lidam com os alunos com deficiência na rede regular de ensino, tem como objetivo o trabalho colaborativo entre o professor regente da sala comum e o licenciando em educação, através da elaboração conjunta de adaptações de materiais e de conteúdo, que viabilizem o aprendizado dos alunos com deficiência (UFSCAR, 2014).

Desta forma os objetivos do subprojeto baseiam-se no levantamento das dificuldades da instituição em relação aos alunos público alvo da educação especial, na elaboração de adaptações curriculares e confecção de materiais pedagógicos, no fortalecimento da relação família/escola e no compartilhamento de experiências e conhecimentos construídos de forma colaborativa entre escola-universidade-comunidade sobre a inclusão escolar do aluno com necessidade educacional especial (UFSCAR, 2014).

Portanto, o presente texto tem por objetivo relatar e discutir as atividades realizadas por uma bolsista do Programa Institucional à Docência (PIBID) – Educação Especial em

parceria com a professora regente da sala do AEE em uma escola de Ensino Fundamental da rede municipal da cidade de São Carlos.

Desenvolvimento

Durante um semestre, foram desenvolvidas pela bolsista do Programa de Iniciação à Docência (PIBID) em parceria com a professora regente da sala de atendimento educacional especializado atividades voltadas ao ensino de leitura e escrita para uma aluna com deficiência intelectual, matriculada no 6º do Ensino Fundamental. Visando resguardar a identidade da aluna, a mesma será identificada no presente relato pelo nome fictício Camila.

Caracterização da aluna alvo atendida pelo AEE

Camila tinha 12 anos de idade e teve avaliação diagnóstica de deficiência intelectual pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais- APAE. A deficiência intelectual, de acordo com o DSM-V (APA, 2014) é caracterizada por “déficits em capacidades mentais genéricas, como raciocínio, solução de problemas, planejamento, pensamento abstrato, juízo, aprendizagem acadêmica e aprendizagem pela experiência” (APA, 2014, p. 72). Esses déficits fazem com que seja mais complexo que o indivíduo atinja total independência em diversos aspectos da vida diária.

As pessoas com deficiência intelectual apresentam algumas dificuldades que variam de acordo com a gravidade da deficiência, sendo estas:

dificuldades associadas ao juízo social; à avaliação de riscos; ao autocontrole do comportamento, emoções ou relações interpessoais; ou à motivação na escola ou nos ambientes de trabalho. Falta de habilidades de comunicação pode predispor a comportamentos disruptivos ou agressivos. A credulidade costuma ser uma característica, envolvendo ingenuidade em situações sociais e tendência a ser facilmente conduzido pelos outros (APA, 2014, p. 79).

A etiologia da deficiência intelectual pode ser pré-natal como síndromes genéticas; perinatais (durante o parto), como anóxia ou encefalopatia neonatal ou; pós-natais, como doenças convulsivas ou lesão cerebral (APA, 2014).

Para preservar a identidade da aluna com deficiência intelectual, usou-se nome fictício Camila. A aluna com deficiência intelectual Camila apresentava dificuldade na área

intelectual, sobretudo em relação à leitura e a escrita, pois formava apenas palavras com até quatro sílabas simples, como por exemplo, menino e telefone, bem como apresentava dificuldade na temporalidade, o que dificultava na elaboração de frases e pequenos textos.

Camila frequentava no período da manhã no 6º ano do Ensino Fundamental e no contra turno recebia o AEE¹. A aluna demonstrava certa resistência para realizar as atividades propostas durante os atendimentos, permanecendo a maior parte do tempo mexendo nos cabelos e se olhando no espelho, o que dificultava seu desenvolvimento acadêmico.

Desenvolvimento das Atividades no AEE

A bolsista em parceria com a professora regente do AEE optou por desenvolver um trabalho que fosse ao encontro aos interesses da aluna e que ao mesmo tempo mostrasse à funcionalidade da escrita a mesma, de forma a despertar o interesse da aluna para com os conteúdos abordados. Para Silva (2011), alfabetizar vai muito além de desenvolver a capacidade de reconhecer letras e palavras, envolve também reconhecer o valor discursivo da leitura e da escrita, pois somente compreendendo sua aplicabilidade em seu cotidiano é que o indivíduo compreendera a importância de se ter domínio dessas habilidades.

Com esse intuito, foi elaborado pela bolsista um diário, para que a aluna, após realizar sua identificação pudesse expressar seus sentimentos e interesses, de modo informal e a sua maneira, o que mais tarde, culminou no desejo da aluna escrever corretamente as palavras e os textos que eram inseridos em seu diário, o que proporcionou uma maior interação entre a aluna, a bolsista e a professora regente da sala de atendimento educacional especializado, bem como despertou o interesse da aluna durante as aulas.

Para elaboração do diário, foram utilizados papel cartão vermelho para capa e cartolina para as páginas, as quais foram cortadas do tamanho de um caderno e posteriormente encadernadas. A escolha desses materiais se deu em função da forte pressão que a aluna aplicava no lápis durante a escrita, o que em alguns momentos culminava em pequenos rasgos em seu caderno.

¹ Obedecendo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, era ofertado à aluna o AEE no contraturno, onde eram ofertadas atividades complementares as existentes na sala de aula regular, por meio de recursos de acessibilidade e práticas pedagógicas condizentes com as peculiaridades da aluna, como explicação individualizada e uso de jogos e computadores.

É importante ressaltar que durante as aulas a aluna era avaliada continuamente, a partir da observação de seu interesse para com as atividades, bem como pela maneira pela qual inseria as informações no diário, sobretudo em relação à adequação as normas gramaticais das palavras e estruturação dos textos, atividades estas em que a mesma após algumas sessões de atendimento, conforme já mencionado, passou a solicitar apoio tanto da bolsista quanto da professora regente do AEE, o que proporcionou participação da aluna com deficiência intelectual nas atividades escolares.

Resultados e discussão

Após a intervenção (elaboração do diário e utilização do mesmo na sala do AEE), pode-se perceber que a aluna demonstrou um maior interesse e participação nas aulas. A aluna com deficiência intelectual após explorar o material e escrever algumas palavras isoladas, como ilustrado na figura 1, passou a solicitar ajuda tanto da professora quanto para bolsista escrever sua música favorita (O bonde passou do Mc Gui), e pequenos relatos do seu dia a dia tanto no diário quanto nas atividades propostas em sala de aula.

A Figura 2 ilustra o trecho da música escrito pela aluna em parceria com a bolsista e a professora regente do AEE.



Figura 1. Escrita de palavras isoladas no diário.

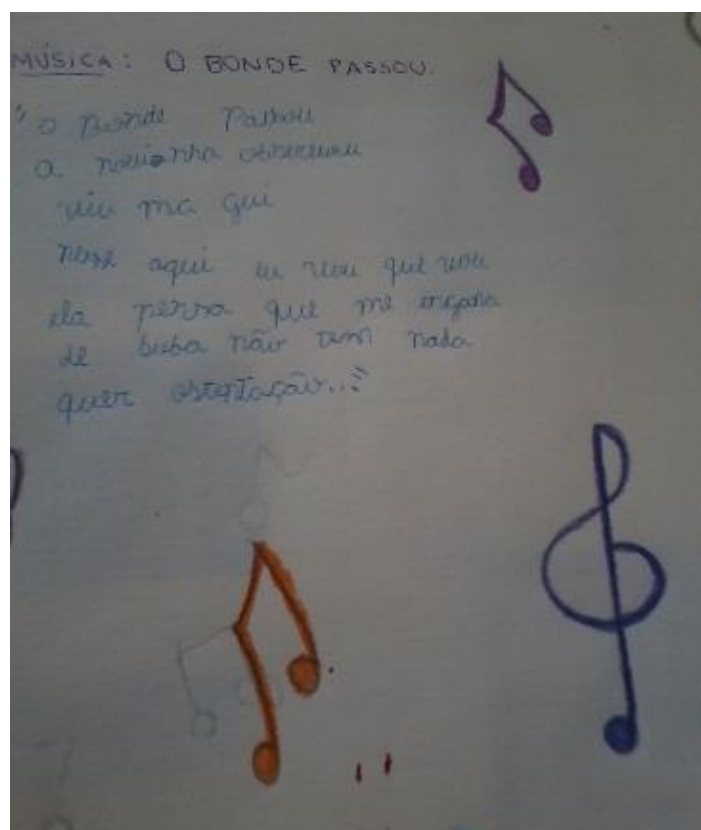


Figura 2. Escrita do trecho da música o Bonde Passou

As atividades desenvolvidas evidenciam que o ensino dos conteúdos relacionados à leitura e a escrita para os alunos com deficiência intelectual devem ter como foco a funcionalidade dessas habilidades, pois segundo Rossato, Constantino e Mello (2013), os alunos com deficiência intelectual apresentam dificuldades cognitivas que dificultam a aquisição da leitura e da escrita, e se o ensino desses conteúdos fosse baseado apenas na repetição e junção de sílabas, dificilmente despertarão o interesse dos mesmos.

Assim, é primordial que esses conteúdos vão ao encontro as peculiaridades e interesses dos alunos, sendo a escrita espontânea uma das formas de propiciar o conhecimento dessas peculiaridades.

Segundo Ferreira (2010), a escrita espontânea, caracteriza-se como um momento em que a criança pode expor livremente seu pensamento e assim criar oportunidades de escrita, de forma prazerosa e lúdica, o que mais tarde pode vir a proporcionar interesse pela norma culta da escrita, como o que ocorreu neste estudo, onde a aluna passou a solicitar contribuições tanto da bolsista quanto da professora regente da sala de aula para escrita de

palavras, músicas e relatos em seu diário, sendo este último um importante recurso para estímulo a escrita espontânea.

Esses dados revelam ainda, que após a utilização de um recurso de seu interesse, a aluna deu maior abertura tanto para a professora quanto para a bolsista, de modo a estreitar o vínculo professor-bolsista-aluno, o que nos permite considerar que por muitas vezes os alunos com deficiência, sobretudo com deficiência intelectual em função de sua baixa autoestima em relação a aprendizagem dos conteúdos acadêmicos, tendem a demonstrar desinteresse tanto pelas atividades trabalhadas em sala de aula quanto pelos profissionais envolvidos com o meio educacional (SANTOS, 2012).

Portanto, cabe ao professor conhecer além dos conteúdos curriculares, as peculiaridades de seu alunado, de modo a possibilitar não somente o acesso aos conteúdos escolares, mas o desenvolvimento de sua autoestima e conseqüentemente interesse nas atividades acadêmicas.

Considerações finais

As ações relatadas desencadeadas pelo projeto PIBID da Educação Especial proporcionaram que a bolsista ampliasse o conhecimento sobre o cotidiano do AEE, sobretudo das práticas pedagógicas que envolvem a escolarização de alunos com deficiência intelectual nessas classes.

Os dados apontam, para a importância do trabalho colaborativo no atendimento educacional especializado, sobretudo em relação ao planejamento, elaboração, aplicação e avaliação das atividades acadêmicas.

Foi por meio da colaboração estabelecida entre ambas as professoras é que os conteúdos voltados a leitura e a escrita passaram a ser repensados, e assim foram adequados as singularidades da aluna com deficiência intelectual (que mesmo apresentando dificuldades em relação à leitura e a escrita, não demonstrava interesse pelas atividades dadas em sala de aula), dando vazão a utilização de diários durante os atendimentos, nos quais a aluna podia escrever assuntos de seu interesse e a sua maneira, o que possibilitou com que a mesma avançasse em relação a leitura e a escrita, bem como estreitou seu vínculo tanto com a professora regente da sala de aula quanto com a bolsista.

As experiências apresentadas indicam que após a utilização dos diários como

estímulo para escrita espontânea, aluna com deficiência intelectual entendendo a funcionalidade da escrita, passou a ter interesse na norma culta gramatical, o que a permitiu avançar muito rapidamente em relação a leitura e a escrita.

Assim, pode-se concluir que o ensino dos conteúdos acadêmicos para os alunos com deficiência intelectual deve não somente ir ao encontro das suas individualidades, mas propor de forma prazerosa o acesso aos conteúdos escolares, de modo a despertar seu interesse nas atividades acadêmicas.

Referências

American Psychiatric Association (APA). DSM-5: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5ª ed. Porto Alegre, Artmed, 2014.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** 2008. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 01 jun. 2016.

_____. **Portaria normativa nº 16, de 23 de dezembro de 2009.** Dispõe sobre o PIBID Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Diário Oficial [da] República Federativa da Brasil, Brasília, 24 de dezembro de 2009. Seção 1, p. 92.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. **Resumo Técnico do Censo Escolar da Educação Básica 2014.** Brasília, DF, 2014.

FERNANDES, L. B; SCHLESENER, A; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. Revista Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v. 2-2011.

FERREIRO, E. **Reflexão sobre alfabetização,** 25.ed. São Paulo: Cortez, 2010

JANUZZI, G.M de. **A educação do Deficiente no Brasil:** dos primórdios ao início do século XXI. 3. Ed. São Paulo: Autores Associados, 2004. 211 p. (Coleção educação contemporânea).

MENDES, E. G. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil.** Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 33 set./dez. 2006.

ROSSATO, S. M.; CONSTANTINO, E. P.; MELLO, S. A. **O ensino da escrita e o desenvolvimento das pessoas com deficiência intelectual.** Psicologia em estudo, Maringá, v.18, n. 4, 2013.

SANTOS, D. C. O Potenciais dificuldades e facilidades na educação de alunos com deficiência intelectual. **Revista Educação e Pesquisa**, vol. 38, n. 04, São Paulo, 2012.

SILVA, J. A. Os processos de leitura e escrita na construção do sentido. **Revista Anápolis Digital**, 2011. Disponível em: <http://www.anapolis.go.gov.br/revistaanapolisdigital/wp-content/uploads/2011/07/os-processos-de-leitura-e-escrita-na-construcao-de-sentido.pdf>
Acesso em 17/08/2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS. **Subprojeto De Iniciação A Docência no Curso de Educação Especial**, 2014.